

PREFÁCIO

Retórica e Desassossego

O facto é conhecido: entre nós a filosofia é uma actividade menoríssima, residual, quase invisível. Sem tradição própria e sem produção original regular, sem peso nem prestígio na cultura portuguesa. Singular paradoxo: somos o país da Europa ocidental em que, ao mesmo tempo, a filosofia detém menos espaço cultural e mais espaço escolar. Como se, em Portugal, o ensino da filosofia tivesse substituído a filosofia, ocupado por completo o seu lugar e a sua função. Sobretudo os nossos departamentos universitários neste domínio, a sua improdutividade ideológica e literária, testemunham esta redução da filosofia, na prática, à menos interessante e fecunda das suas tarefas possíveis. E os escassos textos filosóficos originais que vão surgindo reflectem as mais das vezes, na ortodoxia do «estilo» e no espírito anti-criativo, esse acantonamento institucional e académico. Motivos de sobra para acolher com entusiasmo a excepcional revelação e mais ainda a confirmação de percursos individuais inconformistas, de autores que assumem a filosofia como risco e inovação, os únicos que contam.

É sem dúvida o caso de Rui Grácio. Ele publicou antes um outro ensaio, o seu primeiro livro, *Racionalidade argumentativa* (Edições Asa, Porto, 1993). Passou quase despercebido, apesar da sua importância: em pouco mais de cem páginas, e numa escrita sóbria e cristalina, talvez a melhor introdução mundial ao conjunto da obra de Chaïm Perelman. Mas já essa monografia não era trabalho de mero comentador, mas de filósofo, plenamente, e representava uma secreta ruptura. Grácio recorria a Perelman, e à sua filosofia da «nova retórica», para se libertar dos impasses da

sua formação fenomenológica e hermenêutica inicial, formulados em excelentes estudos prévios, dispersos por revistas ou inéditos, sobre Husserl, Heidegger e Gadamer. Mas também, e por isso mesmo, para tentar definir um tom ou um perfil filosófico próprio que, cruzando Perelman, ia já para além dele. Essa presença crítica do pensamento notava-se, quer pela discreta insinuação de reservas a teses e conceitos nucleares de Perelman, quer através de um jogo subtil de preterições e de preferências. Assim, por exemplo, o derradeiro capítulo operava uma distinção, no pensamento perelmaniano, entre uma teoria e uma filosofia da argumentação, ou entre a teorização da retórica como técnica do discurso persuasivo e a «filosofia do razoável» fundada num modelo argumentativo de racionalidade. Ora, a ênfase dada à segunda, ou a consideração da primeira apenas em função desta última, denunciava, da parte do autor, um claro desinteresse pelos processos e as práticas da comunicação, portanto pela retórica na tecnicidade da sua noção corrente, como metodologia comunicativa. Em favor do pensamento, do modo de pensar, como construção de inteligibilidades, e da retórica, numa sua mais ampla determinação teórica, como dimensão pragmática dessa construção. Ou seja, em favor da retórica como elemento consubstancial a toda a criação filosófica (e também científica: cf. o presente livro) e articulação «interior» da sua eficácia estratégica. É isso o que verdadeiramente interessa Grácio: não a comunicação, mas o pensamento. Ou antes — mas é a mesma coisa: não a comunicação como suscitação dialéctica de acordos, mas como «matriz da relacionalidade humana», da estrutura relacional do homem constituída por mediação da linguagem e abrindo tanto para uma antropologia como para uma outra visão do pensamento. Para uma «antropologia retórica», assim qualificada porque assente na retoricidade performativa de toda a

linguagem e por isso na destinação do homem a essa retoricidade, ao jogo infinito de problematicidade e de comprometimento ontológico que atravessa toda a discursividade e, através dela, a relação interactiva do sujeito com outros sujeitos e com o mundo. E para uma visão do pensamento como actividade de objectivação em problemas e em tematizações de problemas da tensão problemática inerente a essa relação, movimento de distanciação da «ordem do ser» inscrita no discurso corrente, invenção de inteligibilidades alternativas: o contrário de uma negociação de proximidades, de produção de conformidades ou de consensos. Daí toda uma demarcação das teses de Perelman, enunciada de passagem no prefácio do livro sobre este filósofo e desenvolvida nestas *Consequências da Retórica*.

Essa demarcação pode ser resumida em três pontos correlativos. 1) Desvinculação da retórica da sua identidade perelmaniana com a argumentação, com o discurso persuasivo, por conseguinte com um uso específico da linguagem, para a ressituar num âmbito linguístico generalizado, naquilo que Grácio designa como «campo da interactividade comunicativa». Isto é: no campo total da relacionalidade antropológica configurada por um linguistidade ou retoricidade multimoda que vai muito para lá do discursivo e que inclui, por exemplo, a linguagem emotiva, a linguagem dos corpos, etc. Com o que a noção de argumento ou de argumentatividade, e o seu centralismo na imagem do pensamento, sai desvalorizada, filiada ainda numa velha concepção proposicionalista do acto cogitativo, em proveito da noção de problema ou de problematicidade, de uma refocagem do pensamento na dinâmica extra-proposicional da sua interrogatividade. Grácio chega a expressar-se, neste sentido, em termos de contraposição à racionalidade retorico-argumentativa de Perelman de uma outra racionalidade, retorico-interrogativa.

2) Mas já só é uma maneira de dizer, porque a filosofia de Grácio explicitamente aponta para um abandono do conceito de racionalidade, ou de razão, denunciado nas suas limitações e compromissos. E para uma sensibilidade só assim tornada disponível à criatividade ou imaginatividade filosóficas, para uma reconceptualização do pensamento em função dessa vertente propriamente alógica de criação. «Mais que a relacionalidade ou a razoabilidade, os horizontes da filosofia são aqueles que presidem à construção de novas inteligibilidades e que, com isso, permitem proceder a um alargamento daquilo que se é capaz de exprimir e de pensar».

3) Daí a crítica de Grácio à regulação do pensamento por uma forma de universalidade, à polarização da filosofia perelmaniana no conceito de «auditório universal» como comunidade ideal dos sujeitos razoáveis. É esse conceito que subsume a característica terminologia dessa filosofia liberal antidogmática: senso comum, adesão, acordo, assentimento, consenso obtido por «prova dialógica». Todo um secreto conformismo, um monismo travestido, uma orientação formal da experimentação conceptual pelas regras da «lógica» opinitiva. A este restritivo pluralismo empírico, fundado na conflitualidade de facto das opiniões, opõe Grácio um pluralismo consequente, legitimado de direito na problematicidade estrutural, implicada na linguagem, da relação homem-mundo, de todo o envolvimento ontológico. O que, como se disse, por um lado conduz a esquivar uma tese antropológica afirmando «o homem como risco e a relação que o constitui como enigma situado». E, por outro, a conceber o pensamento, e a filosofia em particular, como inelidível proliferação de possibilidades relacionais mais livres, expressão vital de resistência ou, na bela fórmula de uma carta de Grácio ao autor, «estratégia de desassossego».

Sousa Dias